

ALVARES FONSECA

Advogado do Brasil, seção de São Paulo — Professor de
Administrativo na Faculdade de Ciências Económicas, da Escola
de Comércio "Alvares Penteado"

DIREITO ADMINISTRATIVO

LIVRARIA EDITORA FREITAS BASTOS

Bethencourt da Silva, 21-A

13 de Maio, 74 e 76
RIO DE JANEIRO

Rua 15 de Novembro, 62-66

S. PAULO

1939

INDICE

PAGS.

<i>Prefacio</i>	7
CAPÍTULO I	
<i>Conceito do direito administrativo</i>	
1. — A tarefa do Estado moderno. 2. — Atividades essenciais, supletivas e de equilíbrio. 3. — O administrativo. 4. — Constituição e administração. 5. — Administração em sentido largo e restrito. 6. — Órgãos constitucionais e administrativos. 7. — Regência do direito administrativo. 8. — Definição do direito administrativo. 9. — Definições brasileiras. 10. — Classificações das definições do direito administrativo. 11. — Critérios dominantes nas definições do direito administrativo. 12. — Relações entre o direito administrativo, constitucional e privado	33
CAPÍTULO II	
<i>A ciência da administração</i>	
13. — Disparidade de opiniões. 14. — Ciência da administração e sociologia. 15. — Conclusão	63
CAPÍTULO III	
<i>Regimen administrativo</i>	
16. — A separação dos poderes judiciário e administrativo. 17. — A irresponsabilidade dos funcionários. 18. — Responsabilidade da administração. 19. — Característicos do regimen administrativo. 20. — Notas dos países sem regimen administrativo. 21. — Regimens inter-médios. 22. — Falso conceito do regimen francês. 23. — A concepção brasileira nos tempos imperiais. 24. — Evolução republicana. 25. — O mandado de segurança. 26. — Bibliografia brasileira	71

PAGS.

capacidade em direito público. 58. — Capacidade de direito civil e capacidade de direito público. 59. — Competência. 60. — Competência em razão da matéria, do grau e do território. 61. — Critérios determinantes da competência. 62. — Órgãos agentes e não agentes. 63. — Os órgãos, quanto à sua estrutura. 64. — A hierarquia. 65. — Outras distinções entre os órgãos	156
---	-----

SECÇÃO II

O Estado

66. — A administração pública. 67. — O Estado, sua personalidade jurídica. 68. — O Estado não é uma ficção. 69. — Teoria do Estado federal. 70. — O Estado Federal é uma democracia de Estados. <i>Le Fur.</i> 71. — A soberania segundo <i>Le Fur.</i> 72. — Federalismo e soberania. João Mendes Junior	199
---	-----

SECÇÃO III

Autarquias

73. — Os municípios. 74. — Leis municipais. 75. — Conceito de autarquia administrativa. 76. — Natureza e gênese da personalidade das autarquias administrativas. 77. — Requisitos integrantes da autarquia administrativa. 78. — O substrato da autarquia administrativa. 79. — Conjuntos autônomos administrativos	221
---	-----

CAPÍTULO VII

Funcionários públicos

SECÇÃO I

Conceito e vínculo jurídico

80. — O cargo público. 81. — Várias acepções da expressão "agentes públicos". 82. — Notas elementares da noção de funcionário público. 83. — Conceito de funcionário público. 84. — A nomeação do funcionário como ato-condição. 85. — A nomeação por autoridade competente. 86. — Explicação civilista da natureza do vínculo entre o funcionário e o Estado. 87. — Contrato de função pública. 88. — O vínculo de sujeição. <i>Gaston Jéze.</i> 89. — Teoria do estatuto. 90. — Doutrinadores brasileiros. 91. — Incorporação	249
---	-----

SECÇÃO II

Garantias e responsabilidade do funcionário

92. — O estatuto. 93. — A estabilidade. 94. — O direito ao cargo. 95. — Direitos patrimoniais. 96. — Princí-
--

PAGS

137. — A concepção de Duguit. 138. — A autonomia da vontade. 139. — Reação contra a autonomia da vontade. 140. — O contrato administrativo tem campo especial. 141. — A finalidade e a igualdade nos contratos administrativos. 142. — Conclusão	403
<i>Elenco bibliográfico</i>	427